

EMENDA Nº - CMMPV 1370/2026
(à MPV 1370/2026)

Acrescente-se, onde couber, na Medida Provisória o seguinte artigo:

“Art. A Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, passa a vigorar com as seguintes alterações:

‘Art. 3º
.....
§ 7º
I –
.....

e) resultados considerados satisfatórios no Exame Nacional de Avaliação da Formação Médica – Enamed

.....
§ 8º O desempenho discente considerado insatisfatório no Exame Nacional de Avaliação da Formação Médica – Enamed, conforme parâmetros definidos em regulamento, ensejará a aplicação das medidas previstas no art. 10 da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004.

§ 9º A reincidência de desempenho insatisfatório, nos termos do § 8º, em ciclos avaliativos sucessivos, ensejará a aplicação das penalidades previstas no § 2º do art. 10 da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004.’ (NR)”

JUSTIFICAÇÃO

A inclusão dos §§ 7º, 8º e 9º ao artigo 3º da Lei nº 12.871, de 2013 (Lei do Programa Mais Médicos), tem por objetivo primordial elevar o padrão de qualidade da formação médica no Brasil, vinculando formalmente o desempenho dos estudantes no Exame Nacional de Avaliação da Formação Médica (Enamed) aos mecanismos de regulação e supervisão das Instituições de Ensino Superior (IES). A medida se faz necessária diante da rápida expansão de vagas e cursos de



medicina no país, tornando imperiosa a criação de filtros eficazes que garantam que os novos profissionais possuam as competências técnicas e éticas mínimas para o atendimento seguro à população.

Ao estabelecer no § 8º que o desempenho discente insatisfatório ensejará as medidas previstas no artigo 10 da Lei do SINAES (Lei nº 10.861, de 2004), o texto corrige uma lacuna histórica, transformando a avaliação em um instrumento com consequências práticas. Deixa-se de avaliar o curso apenas por critérios formais ou burocráticos e passa-se a monitorar o resultado real do processo de ensino-aprendizagem. Assim, cursos que apresentarem deficiências crônicas na formação de seus alunos serão submetidos a regimes de supervisão e à celebração de protocolos de compromisso para a correção imediata das fragilidades detectadas.

Por fim, o § 9º introduz o princípio da responsabilidade institucional progressiva ao prever penalidades mais severas em caso de reincidência em ciclos sucessivos. A aplicação das sanções previstas no § 2º do art. 10 da Lei do SINAES — que podem incluir a suspensão temporária da autonomia universitária, o sobrestamento de processos de autorização e, em última análise, a cassação da autorização do curso — funciona como um mecanismo indutor de excelência. Garante-se, dessa forma, que as instituições de ensino se comprometam ativamente com a qualidade contínua da formação oferecida, protegendo a sociedade contra a consolidação de cursos médicos deficientes

Sala da comissão, 25 de junho de 2026.

